



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Fernandes BARROSO, Milena

Violência contra mulheres em grandes projetos na A mazônia: mercadorização da vida
no capitalismo

Argumentum, vol. 9, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 89-102

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475555259003>

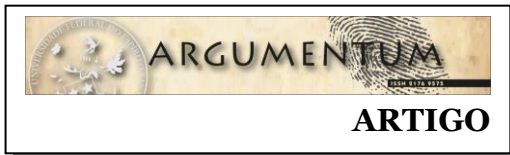
- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo

*Violence against women in large-scale projects in Amazonia:
capitalist commoditization of life*

Milena Fernandes BARROSO¹

Resumo: O artigo propõe-se a analisar a relação entre a expansão capitalista na Amazônia brasileira via grandes projetos, seus rebatimentos na ocorrência de violência contra mulheres e as múltiplas determinações e implicações que decorrem dela. Por meio de uma pesquisa teórica e documental sobre o tema, evidenciou-se o papel estratégico que os grandes projetos ocupam no conjunto de alternativas de restauração do capital no contexto de sua mundialização e crise estrutural, sendo a violência contra as mulheres funcional a este processo e indispensável aos projetos de larga escala na região.

Palavras-chave: Violência contra mulheres. Capitalismo. Patriarcado. Usinas hidrelétricas - Amazônia. Indústria mineral - Amazônia.

Abstract: The article aims to analyze the relationship between the capitalist expansion in the Brazilian Amazon via large-scale projects, its repercussions for the occurrence of violence against women and the multiple determinants and implications arising from this relationship. Through theoretical and documentary research on the subject, the strategic role that large-scale projects occupy, in the range of alternatives for restoring capital restoration in the context of its globalization and structural crisis, demonstrates that violence against women in this process is functional and indispensable for large-scale projects in the region.

Keywords: Violence against women. Capitalism. Patriarchy. Hydro-electric Powerplants - Amazonia. Mineral Industry - Amazonia.

Submetido em: 30/9/2016. Aceito em: 13/2/2017.

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é um complexo social que tem efeitos concretos na vida das mulheres, ou seja, possui uma existência real. É, por sua vez, também um fenômeno de múltiplas significações, explicitado conforme determinadas condições sócio-históricas – e, a partir da luta dos movimentos feministas e de mulheres, além do trabalho em instituições de pesquisa e organizações internacionais ao longo dos últimos 40 anos, tornou-se uma questão pública e tema de vários estudos e investigações com abordagens teóricas e empíricas diferenciadas em todo o mundo.

Essa violência se manifesta no controle do corpo feminino e das mulheres, e tem como alicerce o patriarcado, sistema de opressão e dominação fundamentado na desigualdade, no privilégio e na discriminação, através da persistência de valores, normas e leis. Este sistema de opressão das mulheres, por sua vez, tem como tese a existência de uma inferioridade natural das mulheres. É, pois, esse sistema que determina a violência contra as mulheres.

¹ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam, Parintins (AM), Brasil). Av. Jacareacanga, s/n, Parintins (AM). E-mail: <mibarroso@yahoo.com.br>.

Na sociedade burguesa, acredita-se que a violência contra as mulheres é produto não apenas do patriarcado, mas do sistema patriarcal-racista-capitalista, que conforma as relações sociais nessa sociabilidade. Parte-se da perspectiva de que não há separação entre a exploração capitalista e a dominação patriarcal e racista, mas uma imbricação entre esses sistemas.

Nessa direção, por meio de uma pesquisa bibliográfica e do levantamento de dados secundários sobre o tema, buscou-se neste artigo uma aproximação com as particularidades da expansão capitalista na Amazônia brasileira via grandes projetos, seus rebatimentos na ocorrência de violência contra as mulheres e as múltiplas determinações e implicações que decorrem dela. Para tal, o texto parte de uma caracterização breve e geral dos grandes projetos na Amazônia no contexto da mundialização do capital e da sua crise estrutural. Na sequência, destacam-se as configurações da violência contra as mulheres no cenário dos grandes projetos na Amazônia sob o aporte teórico da consubstancialidade das relações de classe, sexo, “raça”/etnia.

1 OS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA NAS ROTAS DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

O capitalismo na Amazônia imprime as particularidades de sua formação social colonial atrelada substancialmente ao caráter agrário e às relações políticas antidemocráticas e dependentes. Ademais, para o entendimento da expansão capitalista na Amazônia, é preciso considerar, nos termos de Muller e Cardoso (1977, p. 7), tanto o pioneirismo típico da região que se conforma na “[...] rudeza da relação direta terra-homem e a violência da relação entre os homens [...]”, como o contexto político em que a região é ocupada.

Com o objetivo de garantir as condições gerais da expansão capitalista na região, o Estado exerce um papel central através, prioritariamente, da criação e manutenção de instituições estatais. Para Muller e Cardoso (1977), o Estado é o pressuposto político da expansão capitalista na Amazônia – diga-se, operando prioritariamente no nível das empresas e interesses do grande capital, pois inexistente para defender os interesses, mesmo que mínimos, dos povos que lá habitam, delegando-os à violência privada e ao arbítrio individual.

A partir dos anos 1960, da política expansionista e desenvolvimentista dos militares, a região passa estrategicamente a fazer parte das ações do Estado e este assume sua centralidade para garantir as condições gerais da expansão capitalista na região. Com o slogan *uma terra sem homens para homens sem terra*, o Estado brasileiro começa a intervir na Amazônia com o objetivo de povoar a região e inseri-la na economia nacional. Em outras palavras, “[...] incorporar o território amazônico efetivamente, como afirmação da nacionalidade e passo à realização de um destino manifesto (grande potência) [...]” (MULLER; CARDOSO, 1977, p. 10-11) e, posteriormente, constituir-se como “[...] prêmio ao grande capital [...] nacional ou estrangeiro) pelos seus esforços em prol do desenvolvimento brasileiro” (MULLER; CARDOSO, 1977, p. 11).

O Estado, ao buscar defender os interesses do grande capital nacional e internacional, redefine o papel da Amazônia na divisão nacional e internacional do capital e do trabalho como fornecedora de matéria-prima e espaço de reprodução da força de trabalho e

transforma “[...] parcela significativa de trabalhadores sem experiência de assalariamento (quilombolas, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, ribeirinhos e outros) em outros assalariados secundários” (NASCIMENTO, 2009, p. 44).

A partir de então, nas palavras de Pinto (1991, p. 53), “[...] a presença estrangeira é decisiva, fundamental na Amazônia”² – não apenas de indivíduos isolados ou do Estado, mas de grandes empresas, nacionais e internacionais, no contexto de mundialização do capital (CASTRO, 2009). A mundialização do capital aqui é entendida nos termos de Chesnais (1996), não no sentido de sua abrangência mundial, mas no da mudança de sentido e conteúdo da acumulação de capital e dos seus rebatimentos. Para o autor, o capitalismo parece triunfar e dominar todo o planeta, e os dirigentes políticos, industriais e financeiros se apresentam como portadores de uma missão histórica de progresso social.

Contudo, a necessidade de expansão e de acumulação do capital – para a qual se devem produzir e reproduzir continuamente as condições objetivas de sua conservação e as graves consequências que resultam desse processo, na análise de Mészáros (2011) – tem apontado para os limites últimos da ordem estabelecida e o exaurimento das possibilidades civilizatórias desse modelo. Para esse autor, a tendência destrutiva do sistema do capital se acentuou operando o que ele nomeou de crise estrutural do capital, afinal, ao contrário de sua conformação anterior (que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de tempestade), a crise estrutural do sistema do capital tem feito emergir a destruição global da humanidade (MÉSZÁROS, 2011).

Assim, é possível afirmar que os grandes projetos na Amazônia têm origem no contexto da reorganização da divisão internacional do trabalho no pós-guerra e operam, a partir de então, como importante tática no conjunto das medidas de restauração do capital no contexto de crise estrutural, uma vez que teve sua ampliação nos anos 1970, a partir dos primeiros ecos da crise estrutural capitalista, reforçando o papel da Amazônia como fornecedora de matérias-primas.

A Amazônia foi transformada em uma fronteira de expansão dos negócios do grande capital nacional e estrangeiro via grandes projetos ou projetos de grande escala, “[...] como região produtora de gêneros alimentícios e matérias-primas para os mercados nacional e estrangeiro” (IANNI, 2004, p. 164). Por grandes projetos ou projetos de grande escala entende-se uma forma de produção delimitada e recorrente, composta de três dimensões consideradas como grupos de determinações e relações que se sobrepõem:

- 1) *Gigantismo* – eles causam enormes fluxos de capital e trabalho, que são planejados por grandes corporações; 2) *isolamento* – a localização dos projetos implica problemas logísticos específicos e a criação de uma organização social diretamente ajustada às necessidades do processo produtivo; 3) *caráter temporário do*

² Exemplo da penetração do capital transnacional na região foi a criação da Zona Franca de Manaus, no município de mesmo nome, ainda em 1967. Pode-se citar ainda a Companhia Vale (antes Vale do Rio Doce), considerada a primeira multinacional brasileira, criada em 1942 e expandida para a Amazônia na década de 1970. Além de projetos como a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A), criada em 1973, com o objetivo de estudar o aproveitamento do potencial hídrico do Baixo-Tocantins; o Programa Grande Carajás, em 1980, voltado para o beneficiamento primário de ferro no Pará; a Usina de Tucuruí, inaugurada em 1984 no Pará, construída para atrair o capital japonês.

empreendimento – os projetos são realizados em períodos relativamente curtos; a inauguração é a marca da desmobilização dessa forma de produção (RIBEIRO, 2014, p. 50).

Organizados a partir de tais dimensões, os grandes projetos na Amazônia servem para viabilizar ao mercado os recursos naturais da região, entregues a grandes empresas (nacionais e estrangeiras) e se impõem à população local como prioridade nacional (CASTRO, 2009). Esta forma de produção foi, em grande medida, retomada na última década pelos governos petistas, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual, ao considerar a Amazônia como estratégica para o crescimento do país, viabilizaram a continuidade e a criação de novos grandes projetos na região, e assim garantiram a continuidade da acumulação capitalista pela via de expropriações em larga escala e pelo financiamento ao mercado e monopólios, como é o caso das empreiteiras, por meio da construção das grandes obras. A retomada da construção da UHE Belo Monte na Bacia do Rio Xingu e outras tantas desse tipo na região são exemplos emblemáticos do lugar estratégico (mas hierarquizado e dependente) da Amazônia no contexto de mundialização do capital.

Ruszczuk (1997), ao analisar as hidrelétricas na região, aponta que, além do fornecimento de energia de baixo custo para grandes empresas transnacionais, chamadas eletrointensivas (que exploram e exportam produtos de pequeno valor agregado, geram poucos empregos e contribuem de forma ínfima para a dinamização da indústria nacional, sendo as principais responsáveis pela degradação ambiental), existem outros tantos interesses, como das indústrias de grandes equipamentos para geração e transmissão de energia elétrica e das empresas de construção civil (chamadas empreiteiras). Esse é um retrato do que Castro (2009) alerta em torno da concentração e centralização cada vez maior do capital financeiro nos grandes projetos na Amazônia. A tendência é de complexificação das fusões sob a lógica do capital financeiro, organizado em monopólios público-privados, num misto de capital internacional e capital nacional, para permitir a especulação e as maiores taxas de lucro.³

Ademais, várias empresas brasileiras passaram por processos de internacionalização. Empresas do setor mineral figuram entre as 50 empresas brasileiras mais internacionalizadas: Gerdau, Grupo Camargo Corrêa, Grupo Votorantim, Magnesita e Vale. Esta última tem operações em mais de 30 países. Com a compra da mineradora canadense Inco, em 2006, a Vale (com grande parte de sua extração no sudeste do Pará/Amazonas) se transformou na maior produtora mundial de níquel e a maior mineradora do mundo. Para as referidas autoras, “[...] a internacionalização da Vale e a exploração das mineradoras causam inúmeros impactos aos trabalhadores e trabalhadoras em toda parte do mundo” (MARCELINO; FARIA; MORENO, 2014, p. 13). São expropriações contemporâneas que se tornam extremamente agressivas e revelam-se potencialmente ilimitadas, incidindo sobre o controle direto dos Estados capital-imperialistas sobre matérias-primas estratégicas, extirpando os recursos sociais de produção da mão dos/as trabalhadores/as rurais, sobre

³ Grupos como Camargo Corrêa, Bradesco S. A., Mitsui, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Santander/Banif, Queiroz Galvão, para citar os mais presentes, têm disputado os consórcios de construção e gestão dos grandes projetos na Amazônia com o financiamento do BNDES por meio do PAC. É o capital financeiro em fusão com o capital minero-metalúrgico-energético e o fundo público. O Estado, por sua vez, prenhe de contradições, via fundo público, participa financiando e procurando garantir um equilíbrio entre os diferentes setores capitalistas.

conhecimentos, sobre a diversidade, sobre técnicas tradicionais diversas (FONTES, 2010). Expropriações que levam à insegurança das mulheres, a situações de apropriações individual e coletiva do corpo, e diversas expressões de exploração/opressões, afinal, “[...] a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe, como também de ‘raça’ e de gênero [...]” (ÁVILA, 2011, p. 65), como será destacado no próximo item a partir da análise da violência contra as mulheres.

2 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: SÍNTESE DE MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES

A violência contra as mulheres no contexto dos grandes projetos da Amazônia faz perceber esse fenômeno como resultado também das relações capitalistas. Apesar de não ter surgido com o capitalismo, a opressão das mulheres e, conseqüentemente, a violência contra as mulheres, adquire no capitalismo traços particulares, convertendo o patriarcado (fundamento primeiro da violência contra as mulheres) em um aliado imprescindível para a exploração e a manutenção do *status quo* (D’ATRI, 2008). Ou seja, “[...] os sistemas capitalista e patriarcal não são exatamente dois sistemas separados: eles coexistem” (ÁVILA, 2012, p. 32). Daí não ser possível uma separação entre a exploração capitalista e a dominação patriarcal e racista que não seja estritamente para fins de análise. Como expõe Saffioti (1984, p. 19), “[...] opressão e exploração não são propriamente fenômenos distintos [...]”, apenas se manifestam como dimensões específicas (política, cultural, social, sexual etc.) e imbrincadas de um mesmo processo.

Nessa direção, a opressão se manifesta nas relações de dominação (ideológicas), enquanto a exploração está mais diretamente ligada à dimensão econômica. A dialética entre opressão e exploração funciona na medida em que a opressão é utilizada como veículo/motor/justificativa para a exploração. Através da opressão/dominação naturalizam-se relações, comportamentos, mentalidades, os quais se convertem em privilégios e desigualdades que alimentam a exploração capitalista.

Parte-se, pois, do pressuposto de que as bases materiais do patriarcado e do racismo não foram destruídas no capitalismo – contrariamente, foram apropriadas por este. No caso do patriarcado, este se mantém sob uma base material sólida e ancora-se na divisão sexual do trabalho que é responsável pela manutenção da produção diária e reprodução da vida. Nessa direção, a violência contra as mulheres no capitalismo é conseqüência do processo de opressão e exploração sobre as mulheres. Isso faz da violência contra as mulheres uma condição para a exploração/opressão capitalista ao mesmo tempo em que é conseqüência direta desta.

É certo que a violência contra as mulheres não é mais um *segredo*. Na década de 1970 do século passado, o fenômeno deixa de ser uma experiência estritamente individual e passa a ser considerado coletivo, nomeado como tal. Não sem tensionamentos e constrangimentos, a questão é reconhecida e seus efeitos e conseqüências denunciados pelos movimentos de mulheres e feministas que produziram/produzem consciência, conhecimento e resistência; revelaram a teia de cumplicidade, muitas vezes institucional, que permitiu/permite a sua

persistência imperturbável e sem punição; concebeu propostas e, por vezes, impôs uma série de medidas para preveni-la ao longo dos últimos 40 anos (ROMITO, 2008).

Práticas sociais de proteção e apoio às vítimas foram criadas e algumas experiências específicas de enfrentamento à violência multiplicadas em vários países. Entre estas, predominam os centros de acolhimentos, as casas-abrigo, a criação de programas especiais nos serviços de saúde e as Delegacias da Mulher. Ao mesmo tempo, o tema passou a compor as agendas políticas, governamentais e acadêmicas como um problema público a ser enfrentado. Porém, apesar de alguns avanços no campo da institucionalização das políticas públicas, da sua criminalização em alguns países, a violência contra as mulheres indica não ter tréguas: seus dados são crescentes e alarmantes, conforme aponta o Mapa da Violência 2012 (WAISELFISZ, 2011).

Ao mesmo tempo, práticas e discursos de naturalização da violência contra as mulheres e de culpabilização de suas vítimas são reforçados. O comportamento das vítimas apresenta-se no ideário patriarcal como uma justificativa para sua ocorrência e permanência. No entanto, o cerne da questão não reside no comportamento, tampouco no silêncio das vítimas que, em sua maioria, quebraram-no e procuraram ajuda de várias formas, às vezes indiretamente, outras vezes explicitamente, mesmo correndo o risco da revitimização. Parte-se da compreensão que a violência contra as mulheres é forjada e reforçada, em grande medida, pela continuação da ideologia patriarcal na sociedade capitalista responsável pela apologia e naturalização da violência contra as mulheres (ROMITO, 2008).

Nesse sentido, tirar o véu, qualificar e galgar os fundamentos dessa questão exige reconhecer que a violência faz parte de um *modus operandi* da nossa sociabilidade, é construído e complexo social, e, como tal, não convém ser analisada de forma isolada ou personificada. Parte-se do pressuposto que as violências e, particularmente, a violência contra as mulheres não resultam das relações individuais isoladamente, mas, sobretudo, são estruturadas pelas relações sociais de sexo, classe, raça/etnia que consubstanciam a sociedade patriarcal-racista-capitalista (CISNE, 2014; SAFFIOTI, 2004). Essas relações estruturais e estruturantes implicam diretamente nas relações interpessoais, moldam e naturalizam comportamentos, que produzem e reproduzem desigualdades e preconceitos, e conseqüentemente, violências.

Nesse sentido, como já destacado, a violência contra as mulheres não é um fenômeno específico da sociedade capitalista, mas, nessa sociabilidade, é funcional ao capital naquilo que é imprescindível a esta sociedade: transformar tudo o que existe em mercadoria para produção de mais-valor e, conseqüentemente, garantir a produção ampliada do capital. Nessa perspectiva, a violência contra as mulheres é entendida também como produto das relações capitalistas.

Dialoga-se com o pensamento feminista francófono na defesa “[...] da unidade dialética entre as subestruturas básicas de poder da sociedade capitalista: classe, sexo, ‘raça’/etnia” (CISNE, 2014, p. 31). Falquet (2008) e Kergoat (2010), assim como Saffioti (2004) e Cisne (2014), partem da premissa de que essas relações não são nem simplesmente superpostas ou adicionadas, nem intersecções: consideram-nas imbricadas e até consubstanciais e conformadas. Nos termos de Kergoat apud Cisne (2014, p. 68),

[a]s relações sociais são *consubstanciais*: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são *co-extensivas*: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de 'raça', se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT apud CISNE, 2014, p. 68).

Supõe-se que essa perspectiva, fundada na teoria crítica e que percebe as contradições do patriarcado, do racismo, e do capitalismo, de forma imbricada e historicamente constituída, seja a mais adequada para a análise da violência contra as mulheres no cenário gestado a partir dos grandes projetos na região amazônica. Considerados eldorados econômicos no cenário de mundialização do capital, a experiência dos grandes projetos já realizados e em curso é palco de constantes expropriações, apropriações e exploração das mulheres, manifestando-se em diversos casos de violência contra mulheres.

As mulheres atingidas pelos grandes projetos têm publicizado as consequências desses empreendimentos em suas vidas. Entre as questões apontadas, destacam-se: o não reconhecimento do trabalho doméstico e do campo; a ausência das mulheres nos espaços deliberativos; a não qualificação das mulheres do campo para o trabalho urbano; a forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres; a ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas; a perda dos vínculos com a comunidade e a quebra dos laços familiares; e o agravamento da violência e prostituição.⁴

Essas denúncias sintetizam as particularidades da violência contra as mulheres na Amazônia, que, além da expropriação das terras tradicionais e matérias-primas estratégicas, da apropriação individual, por meio da violência doméstica e do trabalho doméstico, impõem as mulheres à apropriação coletiva, através do assédio e da exploração sexual. Cabe elucidar que as relações de apropriação, sejam individuais ou coletivas (sexagem), ocorrem por meio da apropriação física direta de pessoas de um grupo social por pessoas de outro grupo social; logo, é uma relação social mais ampla que a exploração salarial, em que ocorre um pagamento em dinheiro e cuja apropriação é só a da força de trabalho e não a do corpo e da pessoa inteira (FALQUET, 2008, p. 124).

As expressões particulares dessas relações que geram a apropriação (opressão e a exploração) do conjunto das mulheres, bem como do corpo individual de cada uma delas, são, de acordo com Guillaumin (2005), a apropriação do tempo, a apropriação dos produtos do corpo, a obrigação sexual, a carga física destinada ao cuidado a outras pessoas (*care*).

O Mapa da Violência de 2012 realizado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos (Flasco) aponta que, das dez cidades mais violentas para as mulheres no Brasil, três estão no estado do Pará: Ananindeua, Paragominas e Tucuruí, sendo as duas últimas arenas de grandes projetos na região (WASELFISZ, 2011). Paragominas é um dos municípios que realizam extração da mineradora Vale, e Tucuruí é palco da conhecida Usina Hidrelétrica de Tucuruí, iniciada em 1974.

⁴ Denúncias sistematizadas no 1º Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens ocorrido em Brasília em 2011.

Conforme reportagem do Movimento Xingu Vivo para Sempre (2011), câncer, depressão, prostituição, extinção de peixes, desmatamento e destruição de toda uma vida foram alguns dos custos que pagam há 30 anos mulheres e suas famílias após o início das obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Dilma, uma das atingidas pela barragem, na mesma reportagem, expõe que, “[...] com essa obra, veio o roubo, o vandalismo, a exploração sexual. As mulheres que não tinham de onde tirar o seu sustento tinham que ir para a prostituição”.

Segundo relatório da Plataforma Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2011), casos de violência contra mulheres e meninas, como pedofilia, exploração sexual e incentivo à prostituição são recorrentes nas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. O relatório aponta que Porto Velho teve um aumento geral nos índices de violência após o início das obras: o número de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18% e a quantidade de estupros cresceu 208% entre 2007 e 2010.

Artigo da Agência Brasil revela que, em Belo Monte, grande parte dos trabalhadores busca prazer rápido e fácil. Em conversa com um dos empresários do ramo do sexo na região, o texto expõe que “[...] para eles [*funcionários de Belo Monte*], essa [*prostituição*] é a diversão que melhor alivia o estresse do trabalho pesado. Tem muito cara sozinho na cidade. Carente mesmo” (PEDUZZI, 2012). Na visão dominante, os *serviços sexuais* realizados pelas mulheres fazem parte da *engrenagem* da manutenção indireta (indispensável) dessas grandes obras, que, apesar de não serem considerados no processo de trabalho, são utilizados como estratégia de controle dos trabalhadores. Trata-se de uma pretensa *natureza* da necessidade sexual masculina que institucionaliza o que Falquet (2014) denominou de necessidade social da prostituição.

Os dados indicam a ocorrência da apropriação sexual coletiva das mulheres. Questiona-se a naturalização e a institucionalização do *papel* das mulheres de satisfação sexual masculina no entorno dessas grandes obras na Amazônia – diga-se, em certa medida, sob a conivência do Estado e das empresas/empreiteiras. Para Guillaumin (2005), esse tipo de dominação é reflexo da naturalização das relações sociais como sendo uma determinação biológica. Para Falquet (2014),

O Estado faz é permitir a visibilização e estruturação do setor do trabalho sexual para ter maior controle, podendo, assim, arrecadar mais impostos e controlar melhor a força de trabalho, sem que isso, necessariamente, caminhe no sentido dos interesses das trabalhadoras desse campo, e sim dos empresários e dos clientes. Por outro lado, pode significar [...] um reconhecimento por parte do Estado de uma suposta necessidade social (de parte dos homens) da prostituição (FALQUET, 2014, p. 251).

Em Jirau, o relatório da Plataforma Dhesca Brasil (2011) denunciou também a existência de um cartão fidelidade no qual a construtora creditava mensalmente valores de até R\$ 600,00 fora da folha de pagamento para empregados que não faltam, não adoecem, não tiram férias e não visitam a família. Ainda de acordo com o relatório, esse cartão seria aceito pelo comércio local, inclusive em clubes vinculados à exploração sexual.

Essa suposta *necessidade social* masculina por sexo apresenta-se nas informações sobre a presença de espaços de exploração sexual no entorno dos *grandes projetos*. Reportagem do jornal *A Crítica* (PRAZERES, 2010), de Manaus, traz a seguinte citação:

Desde o início das obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em 2008, milhares de mulheres de todo o Brasil migraram para a região em busca do dinheiro dos operários. Juntas, as usinas são o maior canteiro de obras em andamento no Brasil e uma das principais vitrines do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em dois anos, porém, Jaci Paraná (distrito de Porto Velho) se transformou num imenso mercado de sexo a céu aberto funcionando 24 horas por dia, onde mulheres e adolescentes são a principal matéria-prima. [...] E a proximidade entre os prostíbulo e o canteiro de obras da empreiteira Camargo Corrêa, a maior a atuar na construção na usina de Jirau é impressionante. Da portaria do alojamento até os primeiros prostíbulo, a distância não chega a 1,2 mil metros. Um deles ganhou o apelido de 'Usina de Amor' (PRAZERES, 2010, não paginado).

Os casos de violência contra as mulheres, presentes nos cenários expostos acima, apresentam relação também com o aprofundamento da crise estrutural do capital, que, na busca pelo lucro e pela acumulação de capital, transformam as pessoas em mercadoria, em um processo de reificação. Nessas relações, em que as mulheres são vistas como objeto, ocorre o que Lukács (2003) chama de reificação/coisificação do sujeito, o que pode ser concebido como ruptura entre o ser singular e o ser genérico. Nas palavras de Marx apud Saffioti (1997, p. 61), “[...] quando as relações entre pessoas assumem a forma fantasmagórica de relações entre as coisas, o objeto a ser apropriado está reificado”. A isso corresponde uma subjetivação alienada, que se revela “[...] na apropriação do corpo, do trabalho e do tempo do conjunto das mulheres para o benefício pessoal e social dos homens em seu conjunto” (MATHIEU apud CISNE, 2014, p. 99-100).

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), “[...] as mulheres são mais uma mercadoria de entretenimento para distração dos operários. O Estado não toma medidas e nem há programas de proteção às mulheres nesses espaços (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2013)”. O movimento denuncia que a instalação das barragens estimula a violência e o tráfico de mulheres, problemas que acontecem com convivência das empresas e envolvem em geral pessoas de alto poder aquisitivo e político nas regiões. Nesse contexto, a prostituição não pode ser pensada só a partir de um comportamento individual ou de apropriação individual do corpo das mulheres, mas como uma instituição que está ancorada nas estruturas econômicas e nas mentalidades coletivas (MORENO, 2015).

Para Moreno (2015), ao lado de uma aparente permissividade no campo da sexualidade, o que se verifica, nesses casos, é um crescimento do mercado da prostituição, o aumento do conservadorismo e o ataque ao direito das mulheres de decidir sobre seus corpos. A situação de mercantilização do corpo das mulheres em prol do lucro de grandes corporações ou do estado na Amazônia aponta para o mercado como órgão regulador soberano das relações sociais ou para o que Chesnais (1996) nomeou de “[...] triunfo da mercadorização [...]”, em que o “[...] fetichismo da mercadoria [...]” (MARX, 2013) é total, mais completo do que jamais foi.

As mulheres são também as mais afetadas com o processo de expropriação, já que paira sobre elas a responsabilidade pela reprodução da vida e o processo de expropriação que retira das famílias as condições de vida e trabalho. A publicação do MAB *O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens* ao analisar a constante violação dos direitos humanos das mulheres na construção de barragens no Brasil, aponta que

[...] as mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para recomposição de seus meios e modos de vida; elas não têm, via de regra, sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares, e por isso têm sido as principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operação de barragens (MOVIMENTOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2011b, p. 5).

Conforme apontam Marcelino, Faria e Moreno (2014, p. 5-6), “[...] a água, a energia, a terra para a produção de alimentos e a biodiversidade são elementos que garantem a sustentação da vida e interessam às mulheres, que são as primeiras a sofrer com sua escassez”. Para as autoras, a ação do capital não altera as dinâmicas da divisão sexual do trabalho; ao contrário, reforça as desigualdades na medida em que grandes projetos, como usinas hidrelétricas, mineradoras e rodovias, priorizam a circulação de capital e mercadorias em detrimento da qualidade de vida das comunidades.

No contexto dos grandes projetos, a produção de alimentos e a economia de subsistência que nutrem e sustentam as comunidades há várias gerações têm sido destruídas. A contaminação dos solos (no caso da mineração) e a expropriação de terras fazem com que as famílias deixem de produzir seus alimentos, o que contribui para o processo de empobrecimento da população rural. Ademais, a migração em massa de pessoas para as áreas de construção desses empreendimentos, a pouca empregabilidade ou falsa empregabilidade (já que é temporária), associado aos acidentes e aposentadorias por problemas de saúde, geram problemas de saneamento, desemprego, desigualdade social, pobreza e violência (MARCELINO; FARIA; MORENO, 2014) Ou seja, além do trabalho, o uso da terra, todos os demais recursos naturais e a vida humana estão submetidos às leis do mercado e do lucro capitalista (CHESNAIS, 1996). Para Ávila (2006), a mercantilização da vida, dos bens da natureza e do corpo das mulheres é a mais nova fronteira desbravada pelo capitalismo.

Sugere-se também que a ausência de sintonia entre as políticas macroeconômicas e as demais políticas sociais, como aquelas que se orientam na perspectiva do enfrentamento à violência contra mulheres, reforçam a mercadorização do corpo das mulheres, por intermédio da convivência com as situações de exploração sexual e o mercado do sexo. Em outros termos, o capitalismo permanece reproduzindo e utilizando o patriarcado, na medida em que se apropria de muitas mulheres como *coisas* ou *mercadorias* em resposta a interesses econômicos dominantes.

Acredita-se que as denúncias de violência contra mulheres na região são deflagradas, tornam-se notícias e são conhecidas pelo Estado brasileiro, uma vez que fizeram parte de operações policiais, tiveram visibilidade por meio da grande mídia e estão fazendo parte de Comissões Parlamentares de Inquéritos, entretanto não se avança em medidas

estruturantes. Sugere-se que a previsibilidade e a recorrência dos casos de violência contra mulheres no entorno dos grandes projetos de infraestrutura na região Norte façam considerar a violência contra as mulheres como um tipo específico de violência institucional. Apesar de as situações não serem praticadas diretamente por agentes do Estado no exercício de suas funções, essas ocorrências de violência acontecem no contexto de um projeto econômico estratégico e prioritário para o Governo Federal – deste modo, sob sua jurisdição e omissão –, além da conivência do consórcio de construtoras, que silenciam diante de tais situações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empreendidas ao longo deste artigo permitem levantar aproximações entre os casos de violência contra mulheres na Amazônia e o capitalismo contemporâneo, sendo a violência contra as mulheres funcional a este sistema e indispensável aos grandes projetos na Amazônia. Evidenciou-se, nesta direção, o papel estratégico que estes projetos ocupam no conjunto de alternativas de restauração do capital no contexto de sua mundialização e crise estrutural.

Os dados de crescimento da violência e as denúncias neste contexto relacionam-se ao aprofundamento dos pressupostos da sociedade patriarcal-racista-capitalista sob as determinações do processo de mundialização do capital e crise estrutural do capital, demonstrando os limites do Estado na proteção às mulheres, que, pela fragilidade das políticas sociais na região, as coloca em situação de extrema pobreza, tráfico, cárcere privado e exploração sexual. De forma particular, apresenta relação com o processo de expansão do capitalismo e ocupação da região, resultado da evolução conjunta de relações sociais coloniais, autoritárias e de dependência que se reatualizam via expropriação, apropriação e exploração das mulheres, na mercantilização do corpo, da vida e dos bens da natureza.

Além disso, sugere-se a ocorrência de violência institucional quando as situações de violência contra mulheres no cenário exposto possuem a conivência do Estado. Por outro lado, a questão é tensionada e encontra-se na agenda de luta das mulheres articuladas em movimentos sociais, o que coloca a pauta do enfrentamento a violência numa arena de disputas ideológicas e políticas. A discussão também chama atenção para o debate da crítica ao desenvolvimento à luz da economia feminista.

A partir dessas linhas de reflexão, o aprofundamento desse debate faz-se necessário, dada a invisibilidade das expropriações e exploração/opressões a que são submetidas as mulheres afetadas pelos grandes projetos na Amazônia. Acredita-se que ações de proteções às mulheres são imprescindíveis no contexto desses empreendimentos, mesmo que o enfrentamento da violência contra as mulheres só seja possível se superado os pressupostos que fundamentam as opressões/exploração patriarcal, racista e capitalista. Daí a compreensão de que a construção de uma sociedade verdadeiramente livre passa não apenas pelo questionamento à exploração de classe, mas às opressões que as constituem e impulsionam.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Maria Betânia. Os sentidos da ação transformadora feminista. In: ENCONTRO NACIONAL DA AMB. 1., 2006. **Anais...** Goiânia: Articulação de Mulheres Brasileiras, 7 dez. 2006.
- ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. **Caderno da Crítica Feminista**, Recife, ano 5, n. 4, dez. 2012.
- CASTRO, Edna Maria Ramos. Integração sul-americana do IIRSA: visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica**. Belém: FASE/UFPA, 2009.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- D'ATRI, Andrea. **Identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo**. São Paulo: Iska, 2008.
- FALQUET, Jules. Os atuais desafios para o feminismo materialista (entrevista). **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 245-261, jan./jun. 2014.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**, Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun.; jul./dez. 2008.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: ESPJV; UFRJ, 2010.
- GUILLAUMIN, Colette. Prática del poder e ideia de natureza. In: FALQUET, Jules; CURIEL, Ochy (Orgs.). **El patriarcado al desnudo: três feministas materialistas: Colette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu**. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.
- IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 86, mar. 2010.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Ensaios sobre dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARCELINO, Maria Fernanda; FARIA, Nalu; MORENO, Tica. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2014.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORENO, Tica. Mineração e prostituição: A prostituição não pode ser pensada só a partir de um comportamento individual, mas como uma instituição que está ancorada nas estruturas econômicas e nas mentalidades coletivas. **Brasil de Fato**, São Paulo, 4 maio 2015. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/31977>>. Acesso em: 5 maio 2015.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Mulheres atingidas**. São Paulo, 13 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/artigo/mulheres-atingidas>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **Tucuruí**: “Mesmo depois de 30 anos continuamos sem receber indenização”. 29 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/29/tucurui-mesmo-depois-de-30-anos-continuamos-sem-receber-indenizacao/>>. Acesso em: 27 out. 2013.

MULLER, Geraldo; CARDOSO, Fernando Henrique. **Amazônia**: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1977.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso do. O paradoxal desenvolvimento do estado do Pará: efeitos no social. In: SCHERER, Elenise. **Questão social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.

PEDUZZI, Pedro. Belo Monte: grande número de trabalhadores aumenta movimento nas casas de prostituição da região. Edição Fábio Massalli. **Agência Brasil**, Brasília (DF), 28 abr. 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-04-28/belo-monte-grande-numero-de-trabalhadores-aumenta-movimento-nas-casas-de-prostituicao-da-regiao>>. Acesso em: 18 out. 2013.

PINTO, Lúcio Flávio. **A Amazônia**: a fronteira do caos. São Paulo: Falangola, 1991.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. Violação de direitos humanos nas hidrelétricas do Rio Madeira: Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento. Relatores: José Guilherme Carvalho Zagallo e Marijane Vieira Lisboa. Assessoria: Luis Fernando Novoa Garzon e Cecília Campelo Mello. Colaboração: Andressa Caldas e Patricia Bonilha. **Relatório Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente**. Curitiba, abr. 2011.

PRAZERES, Leandro. Prostituição ‘explode’ na maior vitrine do PAC: entenda como o maior canteiro de obras do Brasil atraiu garotas de programa de todo o país para RO. **Jornal A Crítica**, Porto Velho, 21 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/materiais/prostituicao2.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Quanto maior melhor? Projetos de grande escala: uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília (DF): ABA, 2014.

ROMITO, Patrizia. **A deafening silence**: hidden violence against women and children. Bologna: SEPS, 2008.

RUSZCZYK, C. J. **Espaço da água, espaço da terra no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB/CRAB): 1979-1982**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 2, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher brasileira**: opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2013.

Milena Fernandes BARROSO

Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).
